

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Análise de um contexto nacional ao institucional da Universidade Federal do Pará

Eracele do Carmo Conceição¹Gilmar Pereira da Silva²

RESUMO

O artigo discorre acerca de o entendimento sobre a educação superior e Política Institucional de Assistência Estudantil e Acessibilidade - PINAE, o qual tem como objetivo analisar essa política enquanto “garantidora” de direitos de discentes em situações de vulnerabilidades socioeconômicas inseridos no ensino superior da referida universidade. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental foi possível concluir que existe uma relação inversa entre os números crescentes de discentes que ingressam aos cursos da UFPA bem como aumento da demanda por auxílios e as disponibilidades orçamentárias; a Assistência Estudantil na UFPA foi regulamentada por meio da Resolução nº828 de 2021, é primordial que se procure estabelecer condições objetivas de permanência para assistir aos estudantes na educação superior pública federal.

Palavras-chave: Ensino Público Superior; Política de Assistência Estudantil - PNAES; Política Institucional de Assistência Estudantil e Acessibilidade - PINAE/UFPA.

ABSTRACT

The article discusses the understanding of higher education and the Institutional Policy for Student Assistance and Accessibility - PINAE, which aims to analyze this policy as a "guarantee" of the rights of students in situations of socioeconomic vulnerability inserted in the higher education of the aforementioned university. Through bibliographical and documentary research, it was possible to conclude that there is an inverse relationship between the increasing numbers of students who enroll in UFPA courses, as well as the increase in the demand for aid and budget availability; Student Assistance at UFPA was regulated through Resolution No. 828 of 2021, it is essential to seek to establish objective conditions of permanence to assist students in federal public higher education.

Keywords: Public Higher Education; Student Assistance Policy - PNAES; Institutional Policy for Student Assistance and Accessibility - PINAE/UFPA.

¹ Universidade Federal do Pará; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFPA; eracele@ufpa.br

² Universidade Federal do Pará-UFPA; Doutor; gpsilva@ufpa.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de fazer uma breve análise acerca da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a qual encontrava-se nos últimos quatro anos (2019-2022) sob forte contenção de verbas o que rebateu na Assistência Estudantil Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA) no contexto da educação superior brasileira. Se, por um lado, nas últimas décadas tivemos um cenário de ampliação do ingresso de alunos em situações de vulnerabilidades e o surgimento de novas demandas nos atendimentos, por intermédio da Política de Assistência Estudantil (PAE), por outro, verifica-se a diminuição dos investimentos financeiros para a política de educação e consequentemente para a assistência estudantil. Diante dessa notória contradição, é que se apresenta este artigo, o qual analisa e discorre sobre o entendimento da PNAES a nível Nacional e da PINAE na esfera institucional.

Para melhor entendimento discorreremos sobre a Educação Superior, sobre a efetivação da PNAES (2010) a qual favorece o entendimento e a operacionalização dessa política ao prever no artigo 5º do decreto 7.234 de 2010, que “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”, também corroborada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE (2012, p. 96), ao estabelecer que “As ações preconizadas pelo PNAES se caracterizam como ações afirmativas de permanência, destinadas, prioritariamente, a alunos oriundos das camadas populares, objetivando promover efetivas condições para a realização e conclusão do curso superior”.

Nesse cenário a Assistência Estudantil, objeto central deste trabalho, vem sendo considerada como importante estratégia de política pública social no âmbito da Educação Superior no Brasil que garante direitos, ela estabelece ações que visam a permanência com qualidade de estudantes, provenientes das camadas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

populares, os quais se encontram matriculados em cursos de graduação presencial nas Instituições Públicas Federais de Ensino Superior como prevê a Constituição Federal de 1988 em que a educação é direito de todos.

O artigo 206 da mesma Constituição, inciso I orienta a respeito do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, nesse viés de entendimento a Educação é uma política que proporciona condições favoráveis para um bom desenvolvimento humano. Nesse sentido, o marco legal para a ampliação da educação no Brasil assim como para a Política de Assistência Estudantil inicia-se com a Constituição Federal de 1988. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, o Art. 3º inciso I prevê que o ensino deverá ser ministrado com base nos princípios de “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”.

Nessa mesma linha de regulamentação e expansão do ensino superior, houve a ampliação da Oferta de Educação Superior Pública por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, Decreto nº 6.069 de 24 de abril de 2007, que no Art. 1º, diz ter por objetivo “criar condições para ampliação de acesso e permanência da Educação Superior”, e no Art. 2º inciso V afirma que o programa terá entre outras diretrizes, a “ampliação de políticas de inclusão e Assistência Estudantil”. Nesse viés, em 19 de julho de 2010 o então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto nº 7.234/2010 o qual proporcionou maior estabilidade ao Programa de Assistência Estudantil-PNAES, este decreto vem sendo considerado por estudiosos no assunto como sua principal base de regulamentação a nível institucional apenas a Resolução nº 828 de 2021 tem dado suporte legal para as ações realizadas no âmbito da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) na UFPA.

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: Introdução; três tópicos com os seguintes títulos: Do Processo de Criação à Expansão do Ensino Superior Público no Brasil; Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil sob Contenção de Verbas; Características e Particularidades da Assistência Estudantil na UFPA, Conclusão e Referências.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 DO PROCESSO DE CRIAÇÃO À EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL

Iniciamos essa discussão referindo que a Política de Assistência Estudantil, objeto deste artigo, está inserida em um processo histórico mais amplo em que se situa a educação superior brasileira. Assim sendo, em primeiro lugar analisaremos a educação superior, em seguida a PNAES e por último a PINAE/UFGA. Na perspectiva inicial da criação das universidades brasileiras, Duhram (2005) diz que é somente nas primeiras décadas do século XX que teremos a criação das primeiras universidades brasileiras, que serviu de base para a implantação de um sistema de ensino superior voltado também para a produção científica. Essa autora observa que:

O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas, além da formação profissional. O sistema seria necessariamente público e não confessional (DUHRAM, 2005, p.196).

Naquele momento, a conjuntura da educação encontrava-se dividida, de um lado, composta pelas instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público e de, outro, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. Inicia-se também a diversificação do sistema de ensino superior brasileiro, composto pelas seguintes instituições: as públicas e leigas, federais ou estaduais, juntamente, de instituições privadas, as confessionais ou não.

Para Duhram (2005, p.196) na década de 1920 inicia-se um grande movimento de modernização no país com grandes transformações nas áreas econômicas, sociais culturais e educacionais, proporcionando significativas mudanças, a exemplo encontra-se o nascedouro de reformas em todos os níveis de ensino, nesse mesmo viés, associado a um grupo de cientistas, foi proposta a modernização do ensino superior.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ressalta Duhram (2005, p. 201) que no final da década de 1950, houve um aumento do número de candidatos aprovados nos vestibulares que não conseguiram adentrar as universidades públicas de ensino gratuito, ocasionando uma demanda reprimida, a admissão desse excedente tornou-se uma importante reivindicação do movimento estudantil, alcançando um efeito positivo, quando no início da década de 1960 o crescimento de matrículas começa a ser acelerado, pois o movimento estudantil realiza ações direcionadas para a reforma do sistema educacional superior. Após longos períodos de negociações ocorreu a primeira reforma universitária no ano de 1968 no governo de Costa e Silva.

Naquele momento, inaugurou-se um novo ciclo para os estudantes das universidades e para o movimento estudantil, de acordo com Duhram (2005, p. 202) o mais importante era alterar a estrutura de democratização de acesso à universidade pública gratuita e também da gestão universitária, com contestações aos governos estabelecidos, romper com o modelo resultante dos compromissos com o Estado Novo, o que se pretendia era a ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas, que fossem substituídas todas as universidades particulares por públicas, que associassem o ensino à pesquisa, aliado às classes populares na luta contra as desigualdades sociais.

Destacam-se ainda no referido período, as lutas travadas no interior das instituições federais, onde a organização sindical dos docentes universitários, que deu origem à Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES), o movimento resgatou bandeiras de lutas da democratização pela educação superior, atuava basicamente no interior da universidade pública, sem bases sociais mais amplas, conforme pontua Durham (2005).

A segunda Reforma ocorreu em 2003, a reformulação da educação pretendida, transpôs o governo de viés neoliberal do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) sendo efetivada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010 e 2023-atual). Essa reformulação pode ser compreendida como o compêndio de leis e medidas provisórias já estabelecidas, que tem como exemplos:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regulamentado pela Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004; O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; A Lei de Inovação Tecnológica, nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, dentre outros instrumentos legais. Chaves e Amaral (2014) ressaltam que:

Nesse aspecto, cabe dizer, que as políticas de educação superior implementadas no Brasil há longa data, em particular a partir do golpe militar de 1964, adotaram como principal diretriz a expansão pela via da privatização como tão bem mostrou Carlos Benedito Martins (MARTINS, 1988). Assim é que se em 1960 as matrículas privadas no ensino de graduação representavam 44% do total (PINTO, 2004), em 2011 sua participação correspondia a 73,7% do total (BRASIL, 2011) (CHAVES; AMARAL, 2014, p. 45).

Nessa conjuntura, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, organizou as ações para a educação superior, para manutenção, ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Para isso, vem realizando planejamentos, projetos e ações voltadas para manter um padrão mínimo de acesso e permanência de discentes.

Registra-se que no último dia 21 de janeiro de 2022, o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, sancionou a Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA - 2022), a qual previu cortes nos orçamentos para a educação, o impacto causado nas universidades públicas foram de uma importância significativa, pois indicava menos orçamento para as realizações dos investimentos em infraestrutura, serviços, pesquisas e outras questões relacionadas ao funcionamento adequado de uma universidade.

O orçamento para a Educação que estava previsto para 2022 era de aproximadamente 137 bilhões de reais, vale ressaltar que o orçamento total da Educação no referido ano, encontrava-se superior em 60 bilhões ao aprovado em 2021, apenas reverte o quadro de sucateamento observado desde 2015, aprofundado em 2020 e, particularmente, em 2021, registra-se que esses dois últimos anos referidos, anteriormente, marcam a ebulição e o agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil (AGÊNCIA SENADO, 2021).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Na contramão dos cortes orçamentários para a educação há uma política de permanência de discentes em situações de vulnerabilidades em universidades públicas federais. O programa de assistência estudantil possui como objetivo principal diminuir as desigualdades sociais e possibilitar a democratização na educação superior, conforme a PNAES (2010) as ações poderão ser realizadas por meio de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, atividades de cultura, esportes e lazer, creche e apoio pedagógico.

Infere Kowalski (2012, p. 93), que os problemas decorrentes de acesso e permanência de discentes na educação superior alcançaram destaques para serem discutidos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e também nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Esses espaços de discussões criaram condições para ser instituído em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que reunia Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil, os quais buscavam por mecanismos adequados para viabilizar a permanência do discente nas IFES.

3 ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOB CONTENÇÃO DE VERBAS

Uma das ações implementada foi a reserva de vagas para estudantes de povos indígenas, criada por meio da Resolução nº 3.869/2009 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA - CONSEPE/UFPA (UFPA, 2009), este garantia duas vagas, a seleção foi realizada em caráter diferenciado para candidatos indígenas. Seguindo as normativas em 21 de julho de 2009, foi aprovada a Resolução nº 3.883 que garantia reserva de uma vaga, por acréscimo, às pessoas com deficiência. Por meio da Resolução nº 4.309 de 2012, foi implementada a reserva de duas vagas, por acréscimo, em favor dos alunos provenientes de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

comunidades quilombolas (PINHEIRO, 2017, p. 65-66).

Outros mecanismos utilizados para a expansão e inclusão foram a adesão ao PROUNI, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e a adoção das políticas de cotas. Para Pinheiro (2017, p. 65) “as políticas de permanência que são consideradas inerentes a discussão das políticas de acesso ao ensino, essas ações eram compreendidas e realizadas de maneira isolada na UFPA até o ano de 2007”. Com a implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, proposto pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (2010), o qual foi regulamentado por meio do Decreto nº7.234, a UFPA inicia um processo de ações voltadas para a Assistência Estudantil, buscando adequar-se à regulamentação nacional.

De acordo com o processo histórico de implementação da Assistência Estudantil na UFPA, depreende-se que a mesma realiza ações voltadas para a permanência de discentes de baixa renda, antes do PNAES ser implantado em 2010, pois em 1993 registram-se ações voltadas para auxiliar o discente em sua trajetória acadêmica como o Restaurante Universitário-RU, inaugurado em 01 de outubro de 1993 (PORTAL/UFPA, 2022).

A história institucional marca também a elaboração de um projeto identificado como “Programa Bolsa Permanência” em 2008, com previsão para entrar em vigor em 2009, como previsto, o referido programa foi lançado por meio da Portaria nº 1.409 de 2009, o primeiro edital correspondente às ações da Política de Assistência Estudantil na UFPA, destinando-se a selecionar alunos de graduação com a oferta de apoio para alimentação, transporte, moradia, atividades didático-pedagógicas e acadêmicas e outras (UFPA, 2009).

Por outro lado, a UFPA assim como as outras universidades no Brasil sofreu duros golpes com cortes financeiros progressivos, feitos pelo governo federal, onde a educação estava sendo severamente atingida nos últimos anos com a redução de seus recursos. Registrando que no dia 27 de maio de 2022 houve um bloqueio de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

verbas orçamentárias destinadas ao funcionamento das Universidades Públicas Federais, na porcentagem de 14,54% dos recursos de custeio.

A justificativa para os cortes tem sido o reajuste dos salários de todo o funcionalismo público federal em 5%. Para isso, além da redução de repasses ao MEC, Bolsonaro disse que irá cortar entre R\$ 8,2 bi a R\$ 13,5 bilhões no orçamento-geral da União, para viabilizar o reajuste das servidoras e dos servidores públicos federais (ANDES-SN, 2022).

Na UFPA isso equivale à perda de R\$ 28.000,00 milhões de um orçamento que foi de R\$ 10.000,00 milhões menor do que o de 2019, contra uma inflação de 18,89 % no período (PORTAL UFPA, 2022). Esta diminuição foi apontada pelo FONAPRACE que registou uma redução de 20% no PNAES, forçando, ainda mais, a focalização dos atendimentos para os mais pobres:

Nesse cenário devastador de vidas, sonhos, liberdade, direitos e sobrevivência, o orçamento da educação e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sofre uma significativa redução, em cerca de 20%, levando a uma maior focalização do atendimento nos mais pobres e exigindo mais especificidades na seleção socioeconômica, com refinamento de exigências e testes de meios para conseguir atendimento na assistência estudantil (FONAPRACE, 2021, p. 10).

E assim, o impacto dos cortes pelos governos analisados no viés da PAE faz com que se questione como serão pagos e quem pagará os custos resultantes da expansão massificada do ensino superior das IFES, que diante das estratégias da limitação financeira do Estado, exige uma reestruturação em cada período que desafia a continuidade das políticas educacionais e da assistência estudantil.

O nosso entendimento é que o investimento em educação é um dos gastos sociais muito bem aplicados que surte bons resultados, pois é por meio da educação que o país se desenvolve, apresenta resultados positivos, constatados a médio e longo prazo, como é a questão da diminuição do analfabetismo, a geração de emprego qualificado, possibilidades de melhores remunerações, entre outras conquistas, movimenta a economia interna, estimula o consumo, a produção de bens e serviços e as relações internacionais. A conjuntura do Governo Bolsonaro indicou que a intenção governamental não foi a de investir em políticas sociais, mas sim na mercantilização do ensino brasileiro.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A análise sobre a ampliação de vagas nas IFES como forma de atender as reivindicações da classe trabalhadora e estudantil, que demanda por acesso ao ensino superior, é resultado de uma luta histórica que encontrou nos últimos anos um espaço político para atendimento parcial dessas demandas, porém, com indicações de retração e diminuição de investimentos.

4 CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPA

É nesse cenário adverso que a UFPA por meio da SAEST desenvolver ações e operacionaliza programas estratégicos, a nível institucional, direcionados a assistir discentes da graduação com auxílios financeiros; programas: Casa dos Estudantes Universitários; Bolsa Permanência do MEC, para indígenas e quilombolas; Estudante-Convênio de Graduação / Projeto Milton Santos para discentes estrangeiros; Permanência e Moradia, entre outros.

Art. 3º À SAEST compete propor, acompanhar e avaliar a política e assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes da UFPA, conforme preceitua o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e demais normas que tratam da matéria (RESOLUÇÃO, Nº 763, p. 2).

E, com tal finalidade, é que a UFPA em 23 de março de 2021 por meio da Resolução nº 828 institucionalizou efetivamente a Assistência Estudantil na UFPA, pois a resolução registrou “Aprova a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) da UFPA (PINAE, 2021, p.1)”. Apesar de já serem realizadas ações de Assistência Estudantil desde 1993, foi por meio desta Resolução “[...] que orienta a política de atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade a ser coordenada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST) (PINAE, 2021, p.1)”, que foi regulamentada a PINAE na UFPA.

A Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA – PINAE foi, portanto, diretamente impulsionada pelo PNAES, mas busca ampliar o seu foco de modo a desenvolver ações de assistência aos diferentes alunos regularmente matriculados nos diferentes níveis e etapas de educação regular ofertadas nesta Instituição (PINAE, 2021, p. 8).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A PINAE (2021) orienta e direciona a elaboração e avaliação de implementação da referida política em nível institucional direcionando as ações institucionais de Assistência Estudantil e de Acessibilidade na UFPA, salienta-se que esta institucionalização foi objeto de discussões nos diferentes setores da SAEST/UFPA, de diálogos e debates internamente e posteriormente coletivamente em reuniões, “[...] com grande participação dos servidores e funcionários vinculados a esta Superintendência” (PINAE, 2021, p. 5).

Em um cenário de desmonte das políticas sociais a Assistência Estudantil, representa a resistência dos movimentos sociais estudantis que reivindicam a ampliação da educação, a elaboração e efetivação de políticas públicas direcionadas para a permanência dos estudantes nas universidades públicas federais.

Para a PINAE (2021), as ações realizadas pela assistência estudantil tem o objetivo de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, diminuindo as situações de retenção e evasão provenientes da insuficiência de condições financeiras. Nesse contexto diverso de inclusão social é que a SAEST por meio da Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade-PINAE, elaborou e implementou uma política que contempla algumas necessidades de discentes da graduação e de grupos historicamente excluídos.

Nessa conjuntura, a Política de Assistência Estudantil, assim como outras, necessita de acompanhamento, assessoramento e avaliação para identificar o perfil dos (as) discentes inseridos neste contexto acadêmico, para responder a essas inquietações foi constituído o Fórum de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA – FAES, o qual é dotado das seguintes atribuições: caráter consultivo, identifica demandas e áreas estratégicas de intervenção, propõe ações e metodologias de intervenção para as ações de Assistência Estudantil da UFPA, tem a atribuição de “acompanhar e avaliar a efetividade dos programas e projetos implementados” pela SAEST.

Nesse viés, concordamos com Leite (2011, p. 9) na medida em que defende

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

uma política de Assistência Estudantil por via de “[...] políticas estruturais auferidas e usufruídas por todo e qualquer discente e financiadas total e exclusivamente com verba do Estado”, esse pensamento retoma o princípio do acesso à educação como um direito, transformando-a em política pública de abrangência universal, no cumprimento de sua função social.

De modo geral, a Política de Assistência Estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (ANGELIM, 2010, p. 2).

5 CONCLUSÃO

Mediante o exposto neste artigo conclui-se que o PNAES é a fonte utilizada para o repasse de verbas provenientes do governo federal para a Assistência Estudantil, as verbas destinadas à esta política, rubricadas como PNAES objetivam custear exclusivamente os programas de auxílios a jovens de baixa renda da UFPA.

Existe uma relação inversa entre os números crescentes de discentes que ingressam aos cursos da UFPA, o aumento da demanda por auxílios e as disponibilidades orçamentárias. Na direção de superação de dificuldades financeiras, a UFPA conta com recursos próprios para a execução dos gastos anualmente, esses são entendidos como os recursos arrecadados pelas diversas unidades da UFPA por meio da prestação de serviços.

Há necessidades de aumento de auxílios para a classe acadêmica da Região Amazônica que demanda pela política de Assistência Estudantil, pois com os cortes de verbas e o acesso de alunos em situações de vulnerabilidades, cria-se uma demanda reprimida que a universidade não consegue atender em suas necessidades, as universidades federais foram responsabilizadas em assumir mais essas demandas, já que o Estado transferiu parte significativa dessa responsabilidade para as próprias IFES.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As propostas de operacionalização da Política de Assistência Estudantil na UFPA, com gestão realizada pela SAEST, representam avanços no processo democrático de construção dessa política, dentre os quais se pode destacar a implantação da mesma no interior da UFPA, que segundo a PINAE/2021 tem a função de realizar os serviços referentes à permanência de discentes em situações de vulnerabilidades.

A assistência estudantil, no âmbito da educação superior pública, foi institucionalizada no governo de Lula da Silva, é concebida e materializada em forma de programas, projetos, auxílios financeiros e serviços, segue uma lógica fragmentada, pontual e focalizada que inclui/exclui e redireciona o direito a assistência pelo estudante.

É primordial que se procure criar e estabelecer condições objetivas de permanência para assistir aos estudantes na educação superior pública federal, pois, uma parte expressiva desse segmento encontra-se em situação de vulnerabilidades concretas. Ressaltamos que pelo grande quantitativo de discentes que demandam à Assistência Estudantil da UFPA e com os infimos auxílios, o acesso e a permanência nesse cenário devastador de sonhos se torna cada dia mais distante de ser concretizado.

Como temos apontado ao logo deste artigo, o acesso à universidade pública é elemento indispensável para a efetivação da educação enquanto direito social, a ampliação do acesso, na perspectiva da universalização, pressupõe políticas estatais que assegurem as condições necessárias para a permanência dos discentes, assim a assistência estudantil desenhada e efetivada no governo em questão deixa transparecer a concretude da correlação de forças existentes no interior dessa arena política.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Ministro anuncia na CMO que orçamento da educação será de R\$ 21,2 bi.** 17/08/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/17/ministro-anuncia-na-cmo-que-orcamento-da-educacao-sera-de-r-21-2-bi>. "Acesso em: 10 fev. 2023".

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ANDES-SN-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Governo corta R\$ 3,2 bilhões do orçamento do MEC; Ensino superior terá corte de R\$ 1 bilhão.** Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-corta-r-3-2-bilhoes-do-orcamento-do-mec-ensino-superior-tera-corte-de-r-1-bilhao1>. “Acesso em: 15 jan. 2023”.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. “Acesso em: 04 maio 2023”.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de financiamento da educação superior – análise dos Planos Nacionais de Educação pós-constituição/1988. Artigo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, 2014, p.43-55.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2005, p.197-240.

FONAPRACE. Grupo de trabalho nacional de metodologia de análise socioeconômica: **SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**, Cegraf UFG Revisão, Editoração e Impressão. 2021.

_____. <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/> Acesso em: 06 de out. de 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2012. p.179.

PINHEIRO, Ellana Barros. **A Política de Assistência Estudantil na UFPA: um estudo do Programa de Assistência Estudantil Permanência.** Dissertação, p. 96. Belém/Pará. 2017.

UFPA. Portaria nº 1409, 15 de abril 2009. Institui a Bolsa Permanência na UFPA, 2009. Belém. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2021/828%20Aprova%20a%20politica%20institucional%20de%20assistencia%20e%20de%20acessibilidade%20estudantil%20-%20PINAE.pdf. “Acesso em: 05 de maio de 2023”.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____. **PROPLAN. Pro Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional/UFPA. PGO-Plano de Gestão Orçamentária.** UFPA, 2021. Disponível em: https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/pgo/PGO_2021_versao_final.pdf “Acesso em: 08 de maio de 2023”.

_____. **Resolução nº 828, de 23 de março de 2021.** UFPA, 2021. Disponível em: https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2021/828%20Aprova%20a%20politica%20institucional%20de%20assistencia%20e%20de%20acessibilidade%20estudantil%20-%20PINAE.pdf. “Acesso em: 05 de abril de 2023”.

PROMOÇÃO



APOIO

